

Editorial

A Revista Espaço Jurídico nasceu da vontade de professores da Faculdade de Direito da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc) com o afincado de contribuir para a veiculação da produção científica da comunidade acadêmica de direito em geral. Seu Conselho Editorial partiu de duas grandes premissas para conceber a proposta de trabalho.

Em primeiro lugar, Espaço Jurídico se propõe a promover uma abordagem pluralista: não pretende concentrar sob um ângulo dogmático tampouco sob um ângulo teórico os temas que interessam ao direito. A revista se dispõe a tratar temas que justamente permitam esse pluralismo. Porque assim é o direito: plural. Durante tempo demasiado, a produção jurídica viveu sob o dilema do enfoque interno ou externo do direito, se abordar o direito do ponto de vista eminentemente dogmático, ou se teórico. Durante tempo demasiado, também, buscou-se a verdade única, universal no direito. Espaço Jurídico dispõe-se a franquear espaço a toda abordagem jurídica, interna ou externa, dogmática ou teórica, porque está convencida de que o estudo do direito precisa vergar-se à realidade pluralista do ambiente jurídico.

Em segundo lugar, Espaço Jurídico pretende ser uma fonte de consulta em pesquisa. Em outras palavras, ela pretende ser lida. Para permitir que a primeira premissa seja valorizada, os temas deverão sempre ser escolhidos de modo a favorecer a abordagem pluralista. Ao mesmo tempo que tem suas atenções voltadas às questões relativas ao funcionamento dos institutos jurídicos no contexto brasileiro, Espaço Jurídico quer veicular discussões que ressaltem a importância da reflexão teórica comparada. A conjugação de consciência local com inserção global, considerando as nossas especificidades, é uma das marcas do projeto editorial de Espaço Jurídico.

A principal vocação da revista é agregar valor científico ao debate jurídico, trazendo a contribuição de trabalhos escritos em vários idiomas, vinculados a cursos de graduação e a programas de pós-graduação do Brasil e do exterior. Visando à qualificação dos debates jurídicos e tendo em vista o projeto de inserção da Revista no sistema Qualis A, da Capes, as excelentes contribuições dos colaboradores são de suma importância, o que se atesta pelos artigos que compõem o presente número.

No conjunto de reflexões dos textos jurídicos apresentados, estão assinados os artigos: *A crise financeira mundial, o estado e a democracia econômica*, dos professores Gabriel Real Ferrer e Paulo Márcio Cruz; *A culpabilidade compartilhada como princípio mitigador da ausência de efetivação dos direitos humanos fundamentais nos delitos patrimoniais*, do professor Cláudio Alberto Gabriel Guimarães; *Direitos e reconhecimento dos homossexuais no município de Fortaleza durante a gestão Fortaleza Bela 2005-2008*, do mestrando Rodrigo Vieira Costa; *O desafio da efetivação dos direitos fundamentais: uma análise da Carta de 1988 a partir das teorias constitucionais de Ferdinand Lassale e Konrad Hesse*, da mestrandia Maria Helena Ferreira Fonseca Faller; *O direito urbanístico na perspectiva dos novos direitos: subsídios para a regulamentação fundiária*, da mestre Gabriela Fauth; *O reconhecimento da família monoparental a partir das técnicas de inseminação artificial*, da acadêmica Vanessa Regianini Schmitz e da professora Maria Cristina Renon; *Os direitos do cidadão europeu como instrumento de inserção destes no espaço público comunitário*, da mestrandia Aline Beltrame de Moura; e, por fim, *Globalização, direito, ciência jurídica*, do professor Paolo Grossi.

A leitura dos artigos supramencionados, na perspectiva aqui apresentada é uma contribuição que se propõe às novas investigações e pesquisas que estão sendo desenvolvidas, e como contribuição real às ciências jurídicas como um todo.

Dr. Alfa Oumar Diallo
Editor
espacojuridico@unoesc.edu.br